

Uma análise dos Quocientes Locacionais das regiões brasileiras nos anos 1991, 2000 e 2010.

*Juciana Karla Melo Lima*¹
*Fernanda Esperidião*²

Resumo: O estudo sobre concentração espacial de pessoas e atividades econômicas baseou-se nos trabalhos de Marshall (1996), Weber (1969) e Lösch (1954). Esses autores mostraram que a concentração gerava aglomerações produtivas importantes para a dinâmica regional. O objetivo principal do presente artigo foi analisar os Quocientes Locacionais das regiões brasileiras nos anos de 1991, 2000 e 2010. Inicialmente, fez-se uma revisão dos conceitos de região e espaço. Em seguida, realizou-se uma explanação sobre dinâmica regional no Brasil. Com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fez-se uma abordagem sobre a caracterização socioeconômica e demográfica das regiões do país. Também foi realizado um levantamento dos aglomerados produtivos por meio do “Quociente Locacional (QL)”, em que o setor de serviços apresentou $QL > 1$, nos referidos anos, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tal resultado indica a especialização dessas regiões nesse setor. O ramo agropecuário apresentou, em 2010, um $QL > 2$, no Centro-Oeste, indicando uma tendência à diversificação. Com base nos índices locacionais, concluiu-se: o setor de serviços vem mostrando um alto grau de especialização nas regiões. Esse potencial demonstra ser o mais significativo entre os estados e regiões brasileiras.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Economista no Instituto Federal de Sergipe (IFS). E-mail: jucianakarla@hotmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento e Crescimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Economia e do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe (NUPEC/UFS). E-mail: nandaesper16@gmail.com.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Quociente locacional. Dinâmica regional.

Abstract: The study on spatial concentration of people and economic activities was discussed through the work of Marshall (1996), Weber (1969) and Lösch (1954). These showed that the concentration generated productive agglomerations, which were important for the regional dynamic. The main objective of this paper was to analyze the location quotients of Brazil in 1991, 2000 and 2010 regions. Initially a conceptual review of area and space was made. Then an explanation of regional dynamics in Brazil was held. With socioeconomic data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the United Nations Program for Development (UNDP) approach on the socioeconomic and demographic characteristics of the Brazilian regions was made. A survey of production clusters of regions was also performed by analyzing the “Location Quotient (QL)” where the service sector showed $QL > 1$ in the years studied in the North, Northeast and Midwest regions indicating that these specialized regions in sector, however the agricultural sector presented a $QL > 2$ in 2010 in the Midwest region showing the tendency of this region to diversify. It was concluded based on locational indices that the service sector is what has shown a high degree of expertise in the regions and was the most significant among Brazilian states and regions demonstrating the potential of this sector.

Keywords: Regional development. Location quotient. Regional dynamics.

1 Introdução

A análise do Quociente Locacional (QL) tem sido importante para o estudo do desenvolvimento regional. Assim, é necessário verificar o território e o processo de aglomeração da atividade produtiva nas regiões para saber se estas são especializadas ou diversificadas em determinado ramo (SCHERER; MORAES, 2012).

O presente artigo buscou verificar os conceitos de região e de espaço para refletir sobre as complexas relações desses conceitos com a localização das atividades produtivas. Com isso, é possível entender a dinâmica regional no Brasil nos últimos anos. De acordo com os indicadores econômicos, demográficos e sociais, os espaços regionais brasileiros apresentaram diferenças marcantes.

Considerando o movimento migratório e as mudanças nas atividades econômicas ao longo dos anos, questiona-se: em termos de setores produtivos, que análise considerar quanto aos Quocientes Locacionais das atividades econômicas nas regiões brasileiras nas últimas décadas?

O objetivo principal deste artigo é analisar os Quocientes Locacionais no Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010. Os específicos são: 1. fazer uma breve revisão dos conceitos de região e espaço; 2. explicar a dinâmica regional no Brasil; 3. abordar as características socioeconômicas e demográficas das regiões brasileiras, com base nos dados do IBGE, do PNUD e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); 4. realizar um levantamento dos aglomerados produtivos das referidas regiões por meio dos Quocientes Locacionais.

Diante do exposto, este artigo apresenta, em termos locais, a dinâmica e o potencial dos setores produtivos das regiões brasileiras.

2 Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho compreende a observação dos aspectos socioeconômicos e demográficos das regiões do país nos anos 1991, 2000 e 2010, bem como dos aglomerados produtivos por meio dos Quocientes Locacionais. O levantamento estatístico baseou-se nos dados do IBGE e do PNUD.

As informações utilizadas na análise servirão de base para a construção dos índices dos QLs e referem-se ao fator emprego nos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul entre 1991, 2000 e 2010. Os dados são da RAIS do MTE.

Desse modo, com os índices dos Quocientes Locacionais e os dados socioeconômicos das regiões brasileiras, é possível traçar um perfil das áreas em estudo e verificar em que ramo da atividade produtiva elas se especializam ou se diversificam.

3 Uma breve revisão dos conceitos de região e espaço

Estudos realizados por grandes economistas como Adam Smith, Alfred Marshall, Von Thunen, Alfred Weber e August Lösch prescindem do fator espaço. No entanto, os modelos econômicos têm sido elaborados com base em suposições, como localização ótima da população e da atividade econômica, custos de transportes negligenciáveis e distâncias nulas (SOUZA, 2009).

Marshall (1996) foi o primeiro a defender o conceito de economias de aglomeração. Esse autor analisou a organização industrial com base em dois lados. De um, percebeu a crescente ênfase na subdivisão de funções. De outro, identificou uma perspectiva sistêmica, um aumento nas relações e firmeza nas conexões entre as diferentes partes de um organismo industrial.

Weber (1969) preocupou-se especificamente com os fatores gerais e específicos de localização da firma industrial. Sua análise centrou-se na esfera da produção e no consumo.

No entendimento de Lösch (1954), existem economias de aglomeração que tendem a agrupar as empresas conforme a produção de bens para diferentes mercados. Situação idêntica ocorre com os custos de transporte, um efeito da redução das distâncias a percorrer.

Lopes (2001) aponta certa negligência dos economistas Isard, Marshall e Hicks com relação ao fator espaço. Embora o todo espacial seja diversificado, algumas áreas concentram a maior parte da atividade industrial. Mesmo nessas regiões há sub-regiões, tanto rurais quanto urbanas, com características muito diferentes.

De acordo com Braga (2007), define-se espaço como o resultado contínuo das relações socioespaciais. Essas relações são econômicas, políticas e simbólico-culturais. O espaço é, portanto, reflexo e condição das relações sociais.

Segundo Haesbaert (1999), o conceito de região reveste-se de um rigor teórico que limita o significado e aprofunda o poder explicativo do termo. Formular uma definição para região requer considerar problemas

que produzem a diversidade geográfica, como escalas e fenômenos sociais específicos, bem como regionalismos políticos e identidades regionais.

Uma região é como um ponto abstrato, conforme afirma Souza (2009). Desse modo, ela forma sua identidade com as características que lhe são próprias. Apresenta-se como um campo de forças que atrai unidades econômicas e organiza todo o território à sua proximidade. A diferença entre espaço e região estabelece-se, portanto, em razão da restrição de contiguidade, dado que a região precisa constituir-se por um território contínuo, delimitado por uma fronteira.

Na concepção de Souza (2009), ainda que não exista uma definição precisa para o termo, há três tipos de região: homogênea, que se caracteriza pela semelhança de suas unidades componentes, como topografia, relevo, tipo de solo, clima e características econômicas; polarizada, determinada mediante um polo urbano-industrial que organiza a sua área de influência; e região-plano, que, homogênea ou polarizada, está afetada por um problema específico, como seca ou nível de pobreza.

A palavra região apresenta três dificuldades com relação ao seu conceito:

- A primeira reside na delimitação precisa das fronteiras regionais, que não coincidem, necessariamente, com as fronteiras administrativas adotadas pelo setor público;
- A segunda é a restrição da contiguidade, em que o território regional deve ser contínuo e não intercalado pelo território de outras regiões;
- A terceira diz respeito à sua dinâmica (SOUZA, 2009, p. 16-17).

A ideia de região vem perdendo importância, portanto, e dando lugar a uma noção mais neutra de espaço. Isso porque o espaço econômico de um determinado polo urbano-industrial normalmente ultrapassa as fronteiras regionais e adquire uma conotação dinâmica. Lopes (2001) afirma que as localizações no espaço condicionam o desenvolvimento e este se condiciona pelas localizações, ou seja, pelas características espaciais. Nesse sentido, há recursos naturais e recursos humanos perfeitamente localizados. Há, no entanto, atividades cuja localização deve ser mais

racional e o aproveitamento dos recursos, na distribuição de benefícios para as populações, mais elevado.

Staduto et al. (2008) mostram que a concepção de espaço econômico está ligada à divisão social do trabalho em subunidades de produção com uma certa especialização. Uma região integra-se ao sistema produtivo à medida que se especializa em determinada atividade.

Assim, as regiões não podem ser consideradas fins em si mesmas, mas meios para atingir os fins, razão pela qual espera-se que o conceito de região resulte dos seus próprios objetivos (LOPES, 2001). Porém, a evolução e a complexidade da estrutura econômica da maioria dos países, assim como as intenções de controle da evolução, levantam cada vez mais a necessidade de definir regiões funcionais. O interesse por essas regiões manifesta-se e impõe-se, apesar da evidente tendência para classificá-las conforme os critérios socioeconômicos. A seção a seguir traz uma discussão sobre a dinâmica regional no Brasil.

3.1 Dinâmica regional no Brasil

O Brasil está atualmente diante de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de grandes oportunidades para seu desenvolvimento. Apesar da longa trajetória de estudos, dos avanços teóricos recentes, bem como das experiências com planejamento e políticas regionais, existe a necessidade de novos modelos de intervenção pública e de sua articulação com agentes do setor empresarial, das diferentes organizações e com segmentos da sociedade civil (DINIZ, 2013).

A virada no desenvolvimento regional brasileiro ocorreu na década de 70, em que se passa de um período caracterizado por uma forte concentração geográfica para uma fase de relativa desconcentração, conforme apontam Lemos e Cunha (1996). Por um lado, a desconcentração favoreceu regiões geográficas contíguas em relação aos eixos São Paulo e Rio de Janeiro.

O processo histórico do desenvolvimento econômico gerou uma forte concentração geográfica da produção em algumas regiões e estados.

O país passou por uma concentração espacial da atividade produtiva. Esse processo começou na fase de sua industrialização e postergou-se até o início dos anos 90 (GUIMARÃES NETO, 1995; DINIZ, 1995). Nesse contexto:

Desapareceram, do grande “arquipélago regional” que era o País, as “ilhas” formadas pelas regiões brasileiras, muitas delas mais articuladas com a economia mundial do que com a própria economia nacional. A nova fase significa a “superação” da articulação meramente comercial da região – na qual cada uma guardava, sua individualidade de espaço diferenciado – e se caracterizava pela transferência de capitais estatais na direção das regiões mais industrializadas e de capitais estatais na direção das regiões economicamente mais atrasadas (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 126).

A alta velocidade do processo de desconcentração ocorreu não apenas em função do acelerado ritmo de crescimento do produto, mas também do crescimento de diferentes taxas nas regiões menos desenvolvidas, de um lado, e nos eixos São Paulo e Rio de Janeiro, de outro. Destarte, essa desconcentração não pode ser separada nem da integração produtiva nem do movimento conjuntural vivenciado pela economia da desaceleração (LEMOS; CUNHA, 1996; GUIMARÃES NETO, 1995).

Os espaços regionais brasileiros possuem diferenças marcantes e os indicadores econômicos e sociais ressaltam essas desigualdades nas estruturas produtivas. Segundo Guimarães Neto (1995), existe um grande diferencial na produtividade industrial e agrícola, bem como na concentração de segmentos estratégicos para a dinâmica da economia nacional. Entre os segmentos estratégicos, destaca-se a indústria de bens de capital e de bens de consumo não duráveis, em uma só região ou estado.

A visão agregada das regiões brasileiras não deixa visíveis especializações associadas ao processo de desconcentração. O Norte, por exemplo, passou a contar com segmentos da indústria de bens de consumo duráveis depois da criação do polo eletroeletrônico na Zona Franca de Manaus. No Nordeste, ressaltam-se: a consolidação da

indústria de bens intermediários com a atividade petroquímica na Bahia; a diversificação da agropecuária, com a produção de grãos na parte ocidental da região; a produção agrícola e agroindustrial no submédio do São Francisco. O Sul apresenta uma especialização mais complexa, pois conta com os complexos agroindustriais de grãos e carnes, com o polo de couro, de calçados, e com os segmentos de madeira e metal-mecânico. No Centro-Oeste, merece destaque a produção de grãos, especialmente a de soja. O Sudeste é considerado uma região hegemônica e central na qual se localizam os segmentos mais estratégicos da economia nacional (GUIMARÃES NETO, 1995).

Assim, a dinâmica regional não se relaciona apenas à realidade concreta, que visualiza uma nova força das singularidades, um conhecimento dos regionalismos e desigualdades espaciais. Ao regional atribuiu-se uma nova feição no cerne da globalização dos mercados. Interpretou-se essa feição como uma revalorização do singular, da diferença. Por outro lado, essa revalorização seria um contraponto à globalização, via grandes aglomerações comerciais, como se os mercados comuns não estivessem inseridos em um movimento crescente das redes globais da economia (HAESBAERT, 1999). Na próxima seção serão apresentadas as características socioeconômicas e demográficas das regiões brasileiras.

4 Características socioeconômicas e demográficas das regiões do Brasil

Com uma área de 8,5 milhões de km² e uma plataforma marítima de aproximadamente 4,5 milhões de km², o Brasil é o maior país da América Latina, com cinco regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Atualmente, o país enfrenta desigualdades econômicas e sociais, bem como uma alteração na dinâmica regional. Na concepção de Diniz (2013), a herança histórica, as características e as formas de ocupação do território brasileiro são responsáveis pelo seu desequilíbrio no ordenamento ambiental. Tal constatação se comprova após comparar a distribuição da área territorial, a população, as atividades econômicas e a desigualdade social entre as regiões.

Desse modo, dadas a dimensão e características do território brasileiro, uma análise da sua divisão político-administrativa e das formas institucionais de organização é necessária. Se, por um lado, a divisão político-administrativa é fixa ou de difícil modificação (como a divisão de estados e criação de municípios, por exemplo), por outro, a dinâmica econômica e demográfica tem sua própria lógica, visto que não respeita as fronteiras geográficas de estados e municípios do próprio país (DINIZ, 2013).

A Tabela 1 mostra a área geográfica, o Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes e a população por região e estado.

Tabela 1 – Área geográfica, PIB a preços constantes e população.

Regiões/Estados	Área (2010)	PIB a preços constantes				População			
		1991	2000	2010	Crescimento (%)	1991	2000	2010	Crescimento (%)
Acre	1,93%	0,14%	0,18%	0,22%	38,39	0,23%	0,33%	0,38%	26,02
Amapá	1,68%	0,16%	0,20%	0,22%	26,58	0,20%	0,23%	0,35%	43,84
Amazônia	18,34%	1,82%	1,42%	1,59%	-14,70	1,43%	1,66%	1,85%	21,57
Pará	14,68%	2,06%	1,62%	2,06%	0,34	3,37%	3,69%	3,97%	15,17
Rondônia	2,79%	0,49%	0,50%	0,62%	21,62	0,77%	0,81%	0,82%	5,81
Roraima	2,64%	0,11%	0,15%	0,17%	33,32	0,15%	0,19%	0,24%	37,25
Tocantins	3,27%	0,16%	0,31%	0,46%	65,42	0,63%	0,68%	0,73%	13,62
Norte	45,32%	4,94%	4,38%	5,34%	7,65	6,83%	7,60%	8,32%	17,86
Distrito Federal	0,07%	1,61%	3,94%	3,98%	59,48	1,09%	1,21%	1,35%	19,07
Goiás	4,00%	1,75%	2,23%	2,59%	32,28	2,74%	2,95%	3,15%	13,05
Mato Grosso	10,62%	0,83%	1,26%	1,58%	47,19	1,38%	1,47%	1,59%	13,22
Mato Grosso do Sul	4,20%	0,96%	0,96%	1,15%	16,85	1,21%	1,22%	1,28%	5,55
Centro-Oeste	18,89%	5,16%	8,39%	9,30%	44,83	6,42%	6,85%	7,37%	12,87
Alagoas	0,33%	0,71%	0,66%	0,65%	-8,40	1,71%	1,66%	1,64%	-4,67
Bahia	6,64%	4,49%	3,94%	4,09%	-9,77	8,08%	7,70%	7,35%	-10,00
Ceará	1,75%	1,62%	1,92%	2,07%	21,59	4,34%	4,38%	4,46%	2,14
Maranhão	3,90%	0,80%	1,01%	1,20%	33,53	3,36%	3,33%	3,46%	2,58
Paraíba	0,66%	0,85%	0,79%	0,85%	0,25	2,18%	2,03%	1,97%	-10,42
Pernambuco	1,15%	2,66%	2,29%	2,52%	-5,32	4,85%	4,66%	4,61%	-5,28
Piauí	2,96%	0,48%	0,51%	0,59%	23,45	1,76%	1,67%	1,69%	-7,58
Rio Grande do Norte	0,62%	0,72%	0,77%	0,86%	16,27	1,65%	1,64%	1,66%	0,94
Sergipe	0,26%	0,57%	0,55%	0,63%	9,43	1,02%	1,05%	1,08%	6,28
Nordeste	18,28%	12,86%	12,46%	13,46%	4,44	28,94%	28,12%	27,83%	-4,01
Espírito Santo	0,54%	1,66%	1,97%	2,18%	23,87	1,77%	1,82%	1,84%	3,88
Minas Gerais	6,90%	9,29%	8,53%	9,32%	0,28	10,72%	10,54%	10,27%	-4,37
Rio de Janeiro	0,51%	10,88%	11,85%	10,80%	-0,55	8,72%	8,48%	8,33%	-4,06
São Paulo	2,92%	37,02%	35,96%	33,09%	-11,87	21,51%	21,81%	21,65%	0,54
Sudeste	10,87%	58,83%	58,31%	56,39%	-6,21	42,73%	42,65%	42,13%	-1,43
Paraná	2,34%	6,35%	5,86%	5,76%	-10,09	5,75%	5,63%	5,48%	-5,09
Rio Grande do Sul	3,16%	8,13%	6,94%	6,70%	-21,46	6,22%	6,00%	5,61%	-11,03
Santa Catarina	1,13%	3,73%	3,67%	4,04%	7,68	3,09%	3,15%	3,28%	5,56
Sul	6,63%	18,21%	16,47%	16,81%	-10,35	18,07%	14,79%	14,36%	-4,88

Fonte: IBGE - Censos demográficos (1991, 2000 e 2010). Elaboração das autoras, 2013.

A região Norte, que possui a maior área geográfica do Brasil (45,32%), apresentou um crescimento populacional de 17,86% e de 7,65%

em seu Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com Diniz (2013), na quase totalidade, essa Região é constituída pelo Bioma Amazônico, com extensas áreas de florestas naturais não exploradas. É também motivo de preocupação nos âmbito político-ambiental e geopolítico. Embora alta no final do século XIX, em virtude da exploração da borracha, a sua ocupação arrefeceu-se ao longo da primeira metade do século XX.

O Nordeste é a segunda maior região (ocupa 18,28% da área brasileira) e usufrui atualmente de melhorias nos índices de desenvolvimento econômico e social. Essa Região teve uma pequena redução no crescimento da população (-4,01%) e alcançou um crescimento de 4,44% no PIB. A terceira região, a Sudeste, é considerada a mais desenvolvida e rica do país. Com aproximadamente 11% do território brasileiro, detém 42,13% da população brasileira e 55,39% do PIB, de acordo com os dados de 2010.

Em quarto lugar está a região Sul, a mais homogênea ou menos desigual do país. Com uma área de aproximadamente 7% do território nacional, apresentou uma redução de -4,98% na população e um PIB de 16,51% entre 1990 e 2010. Isso ocorreu em virtude do movimento da desconcentração nos últimos anos. Por último, está a região Centro-Oeste, com 18,89% de área, um crescimento de 12,87% na população e 44,53% no PIB. Segundo Cano (2011), evidenciou-se a consolidação da fronteira agropecuária do Centro-Oeste em virtude da desconcentração produtiva. Brasília pertence a esta região e transformou-se em um grande aglomerado urbano, visto que funciona como centro político-administrativo do país.

Esses indicadores e características, além de mostrarem a forte desigualdade na ocupação e no desenvolvimento econômico e social do país, servem de referência para se questionar o papel do território no seu processo de desenvolvimento, combinando as dificuldades e potencialidades de cada região.

O processo migratório das últimas décadas gerou mudanças na dinâmica econômica inter-regional no Brasil. A primeira ocorreu em virtude da crise econômica da década de 80 e do crescimento irregular, na década de 90, quando o estado de São Paulo deixou de ser a grande área de

atração industrial. A segunda, em razão do processo de desconcentração industrial, da expansão das fronteiras agrícolas e das políticas sociais que reduziram a pressão demográfica no Nordeste e no estado de Minas Gerais (CANO, 2011; DINIZ, 2013).

Os movimentos migratórios têm diferentes determinantes, conforme afirma Diniz (2013). Em primeiro lugar, as forças de atração e repulsão das microrregiões e dos estados; em segundo, os efeitos da dinâmica de cada estado; por último, as políticas sociais, que proporcionam melhoria nas condições de vida da população e reduzem a pressão migratória. Esses efeitos se conjugam com a dinâmica econômica e agem em direção a uma reconfiguração demográfica e urbana do país.

Conforme os dados da Tabela 2, estados e regiões apresentaram crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) per capita. O Centro-Oeste foi a região que mais cresceu (82,40%), devido à presença da fronteira agropecuária. Com relação aos estados, e, em termos de crescimento do PIB per capita, o destaque é para o Tocantins (180,18%). O Distrito Federal e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro mantiveram, nos anos em análise, o valor do PIB per capita e, conseqüentemente, a posição, situando-se entre os maiores do país. Alguns estados, como Mato Grosso (97,79%), Maranhão (97,52%) e Rondônia (92,49%), mostraram um crescimento significativo.

Verificou-se que todos os estados e regiões tiveram um crescimento expressivo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A região Nordeste, por exemplo, alcançou 59,1%. Outros estados, Tocantins, Maranhão e Piauí, atingiram percentuais mais altos, 75,4%, 67,6% e 67,2%, respectivamente. O nível de concentração de renda medido pelo Índice de Gini teve uma redução em praticamente todos os estados, fato que colaborou para melhor distribuição da renda. Em 2010, Santa Catarina foi o estado com o menor índice (0,494), seguido pelo Paraná (0,542) e pelo Rio Grande do Sul (0,547). Isso demonstra uma diminuição das desigualdades no tocante à renda na Região Sul.

Essa tendência de diminuição da desigualdade de renda no Brasil é confirmada por Barros et al. (2007). Segundo esses autores, esse

processo de queda contínua e significativa ocorreu nas últimas décadas. Apesar disso, o Brasil está entre os países com os mais elevados níveis de desigualdade.

Tabela 2 – Indicadores do desenvolvimento econômico e social por estados e regiões.

Estados/Regiões	*PIB per capita				**Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				*Índice de Gini			
	1991	2000	2010	Crescimento	1991	2000	2010	Crescimento	1991	2000	2010	Crescimento
Acre	2,900	3,048	5,161	74,4%	0,402	0,517	0,663	56,8%	0,626	0,648	0,639	2,16%
Amazonas	4,958	4,216	5,516	15,9%	0,472	0,577	0,708	44,9%	0,628	0,682	0,666	6,08%
Amapá	7,205	6,663	7,063	7,5%	0,430	0,515	0,674	50,6%	0,585	0,632	0,616	5,25%
Pará	3,705	3,007	4,578	33,4%	0,413	0,518	0,646	50,1%	0,621	0,651	0,626	0,87%
Rorondônia	3,261	3,888	6,737	92,5%	0,407	0,537	0,690	60,4%	0,616	0,611	0,569	-7,62%
Roraima	3,751	3,347	6,270	76,5%	0,459	0,598	0,707	48,5%	0,622	0,620	0,640	2,93%
Tocantins	1,801	2,117	5,560	180,2%	0,369	0,525	0,699	75,4%	0,633	0,655	0,610	-3,66%
Brasil	4,220	3,870	5,670	38,2%	0,422	0,541	0,684	54,7%	0,626	0,655	0,632	0,99%
Distrito Federal	13,091	14,224	26,098	92,1%	0,616	0,725	0,824	31,3%	0,609	0,626	0,565	-7,19%
Goiás	4,263	4,276	7,251	69,9%	0,487	0,615	0,735	45,8%	0,601	0,628	0,565	-5,97%
Mato Grosso	4,003	5,297	8,785	97,8%	0,449	0,601	0,725	54,5%	0,591	0,613	0,559	-5,37%
Mato Grosso do Sul	5,045	5,656	7,927	52,3%	0,488	0,613	0,729	44,5%	0,620	0,641	0,637	2,69%
Centro-Oeste	5,850	6,500	11,134	82,4%	0,510	0,639	0,753	43,2%	0,624	0,642	0,602	-3,60%
Alagoas	2,576	2,471	3,513	38,1%	0,370	0,471	0,631	61,3%	0,638	0,687	0,634	-6,65%
Bahia	3,378	3,666	4,912	42,5%	0,386	0,512	0,660	61,5%	0,674	0,665	0,628	-6,85%
Ceará	2,630	2,774	4,113	53,7%	0,405	0,541	0,682	59,6%	0,668	0,674	0,619	-7,26%
Maranhão	1,506	1,616	3,074	97,5%	0,357	0,476	0,639	67,6%	0,608	0,657	0,629	3,50%
Paraíba	2,426	2,670	3,784	51,8%	0,382	0,506	0,658	62,5%	0,645	0,644	0,614	-4,87%
Pernambuco	3,721	3,655	4,829	30,3%	0,440	0,544	0,673	47,3%	0,661	0,671	0,637	-3,63%
Piauí	1,614	1,863	3,156	84,8%	0,362	0,484	0,646	67,2%	0,651	0,659	0,619	-4,93%
Rio Grande do Norte	2,958	3,319	4,555	49,4%	0,428	0,552	0,684	52,9%	0,638	0,656	0,607	-4,72%
Sergipe	3,890	3,283	5,164	41,7%	0,408	0,518	0,665	55,3%	0,635	0,656	0,629	-1,01%
Nordeste	2,870	3,000	4,266	46,7%	0,393	0,512	0,660	59,1%	0,659	0,668	0,628	-4,79%
Espírito Santo	5,792	6,880	10,432	70,4%	0,505	0,640	0,740	42,4%	0,602	0,608	0,572	-4,89%
Minas Gerais	5,543	5,888	8,001	42,1%	0,478	0,624	0,731	47,7%	0,619	0,616	0,563	-8,95%
Rio de Janeiro	8,816	9,513	11,358	27,3%	0,573	0,664	0,761	30,5%	0,613	0,615	0,612	-0,28%
São Paulo	10,164	9,919	13,494	33,6%	0,578	0,702	0,783	33,0%	0,580	0,593	0,577	3,04%
Sudeste	8,660	8,710	11,600	35,1%	0,534	0,655	0,754	37,9%	0,595	0,609	0,585	-2,24%
Paraná	6,410	6,847	9,287	42,5%	0,507	0,650	0,749	43,4%	0,600	0,607	0,542	-9,69%
Rio Grande do Sul	7,765	8,302	10,533	33,8%	0,542	0,664	0,746	34,9%	0,588	0,586	0,547	-6,94%
Santa Catarina	7,010	7,844	10,887	50,7%	0,543	0,674	0,774	39,0%	0,548	0,562	0,494	-9,85%
Sul	7,090	7,650	10,140	40,4%	0,531	0,663	0,756	39,0%	0,556	0,559	0,534	-5,88%
Brasil	6,220	6,430	8,820	40,5%	0,493	0,612	0,727	42,9%	0,638	0,646	0,609	-4,65%

Fonte: * IBGE, censos demográficos (1991, 2000 e 2010); **PNUD (2013). Elaboração das autoras, 2013.

Nota: O PIB per capita - R\$ de 2000 (mil)

Os dados acima demonstram uma melhoria nos indicadores socioeconômicos, especialmente na região Nordeste, bem como mudanças na dinâmica regional brasileira. Conforme aponta Cano (2011, p. 28), a grande diversidade de determinações regionais nos últimos anos, tanto em termos econômicos quanto ocupacionais e demográficos, pode estimular o

surgimento de políticas públicas que possibilitem enfrentar os problemas regionais advindos desse processo.

Na próxima seção, serão analisados os aglomerados produtivos no Brasil, questão importante para a dinâmica regional, bem como para classificar se determinada região é especializada ou diversificada em determinado setor produtivo.

5 Levantamento dos aglomerados produtivos das regiões brasileiras

Identificar as principais atividades produtivas de determinada região com base em informações estatísticas é fundamental tanto para o seu desenvolvimento quanto para o processo de crescimento econômico. Desse modo, as empresas classificam-se conforme as estruturas produtivas (com características e dimensões locais) e setores econômicos: agricultura, indústria e serviços (GUALDA et al., 2005).

O principal aspecto do que se define como aglomeração produtiva é a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos, sociais, empresas e outras organizações públicas e privadas. Um fato importante associado a esse termo é a formação de economias de aglomeração, ou seja, as vantagens oriundas da proximidade geográfica dos agentes, incluindo o acesso à matéria-prima, aos equipamentos, à mão de obra e outros fatores. Uma das características comuns a esses aglomerados produtivos é o perfil de emprego de uma região (LASTRES; CASSIOLATO, 2003; SCHERER; MORAES, 2012).

Nesse contexto, afirmam Gualda et al. (2005, p. 3) “há um entendimento de que a proximidade regional e a especialização produtiva contribuem substancialmente para as ações conjuntas entre empresas resultando em melhores ganhos de competitividade”. A proximidade geográfica das empresas e a especialização setorial formariam uma economia de aglomeração.

Numa definição mais ampla, é possível incluir tipos de aglomerados citados na literatura - distritos e polos industriais, *clusters*, arranjos produtivos e inovativos locais, redes de empresas e outros. Geralmente,

essas aglomerações envolvem algum tipo de especialização produtiva da região em que se localizam. Isso se deve ao reconhecimento da importância das articulações das empresas no mesmo espaço (GUALDA et al., 2005; LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Mostrou-se aqui o resultado do estudo de Marshall, Weber e Lösch sobre concentração espacial de pessoas e atividades econômicas. Conforme esses autores, a concentração gerava aglomerações produtivas importantes para a dinâmica do desenvolvimento da região (SCHERER; MORAES, 2012).

Na realidade, cada aglomeração pode envolver diversos atores e refletir formas distintas de articulação, governança e enraizamento. Desse modo, é possível uma região apresentar variados tipos de aglomerações. Igualmente, cada empresa pode participar de formas diferentes de interação, como fazer parte ao mesmo tempo de um distrito industrial e inserir-se em uma cadeia produtiva global, por exemplo (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

De acordo com Scherer e Moraes (2012), a análise locacional tem como objetivo eliminar as perturbações estatísticas oriundas dos estudos de regiões de tamanhos diferentes. Nessa análise, utilizam-se valores relativos cujo índice é o Quociente Locacional. O QL indica a concentração relativa de determinado setor da atividade produtiva em uma região, após comparação com outras regiões. Quanto maior o QL, maior a especialização da região no referido ramo.

O QL poderá ser verificado com base em ramos específicos ou em seu conjunto. Segundo Scherer e Moraes (2012), determina-se o QL por meio da fórmula a seguir:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}} \quad (1)$$

Onde:

E_{ij} = emprego do setor “i” da região “j”;

$\sum_i E_{ij}$ = emprego em todos os setores da região “j”;

$\sum_j E_{ij}$ = emprego do setor “i” em todas as regiões;

$\sum_i \sum_j E_{ij}$ = emprego de todos os setores de todas as regiões.

Desse modo, os resultados da análise locacional têm os seguintes significados:

QL > 1, a região é especializada no setor e exportadora do produto;

QL=1, a participação do setor na região é igual à participação nas regiões como um todo;

QL < 1, a região não é especializada no setor e é importadora do produto.

Os índices mostram um processo de especialização ou diversificação da estrutura produtiva no período. Ou seja, indica a especialização relativa de dada região geográfica em determinado setor produtivo, comparativamente ao grau de concentração do mesmo setor na região como um todo (GUALDA et al., 2005; SCHERER; MORAES, 2012).

Considera-se o Quociente Locacional a medida mais utilizada em pesquisas que têm como escopo identificar a estrutura produtiva e potencial de desenvolvimento das regiões. Essa é também a medida mais difundida na literatura da área econômica. A principal ideia é a de que o indicador das potencialidades de desenvolvimento econômico de uma região é o que já existe, ou seja, a sua especialização atual (RIEDL; MAIA, 2007, PAIVA, 2006).

Como apontam os resultados dos Quocientes Locacionais (Tabela 3), as regiões tiveram pouca alteração nos setores de agropecuária, indústria e serviços. As regiões Norte e Nordeste mantiveram-se especializadas no ramo de serviços, de acordo com os dados de 1991, 2000 e 2010. A região Sudeste manteve-se especializada no setor industrial. A região Sul, em 1991, era diversificada, com participação na indústria e agropecuária. Nos anos 2000 e 2010, manteve-se especializada no setor industrial. Já a região Centro-Oeste é considerada diversificada, com uma forte presença tanto no ramo de serviços quanto no agropecuário, conforme indicam os índices do Quociente Locacional. Em 2010, o setor agropecuário apresentou um QL > 2.

Tabela 3 – Quociente Locacional por região nos anos 1991, 2000 e 2010.

Regiões	QI-1991			QI-2000			QI-2010		
	QI Agropecuária	QI Indústria	QI Serviços	QI Agropecuária	QI Indústria	QI Serviços	QI Agropecuária	QI Indústria	QI Serviços
Norte	0,875978	0,485274	1,161746	0,524235	0,771902	1,118138	0,946324	0,673849	1,122354
Nordeste	0,947616	0,702470	1,151239	0,885813	0,741513	1,098810	0,917298	0,749733	1,096425
Sudeste	0,970679	1,115391	0,942925	0,994715	1,041504	0,985286	0,883310	1,038628	0,994755
Sul	1,119828	1,204117	0,953471	0,983975	1,390837	0,855672	0,947451	1,448732	0,859276
Centro-Oeste	1,161033	0,339025	1,301250	1,446927	0,519404	1,141683	2,088344	0,521225	1,088887

Fonte: MTE/RAIS (1991, 2000 e 2010). Elaboração da autora, 2013.

Nota: Os valores em destaque são referentes a um $QI > 1$.

O resultado da análise dos Quocientes Locacionais por estado, segundo os dados da Tabela 4 e de acordo com as informações de 2010, aponta um destaque de Goiás (1,9501), Mato Grosso (4,4513) e Mato Grosso do Sul (3,4116) no setor agropecuário. No industrial, o Rio Grande do Sul (1,3904) e Santa Catarina (1,7228) atingiram os maiores índices em 2010. O setor de serviços alcançou os maiores índices na maioria dos Estados. O $QI > 1$ demonstra um alto grau de especialização desse setor. O fato de os maiores índices concentrarem-se no ramo agropecuário e nos estados da Região Centro-Oeste demonstra a influência da fronteira agropecuária nessa região. A nova fronteira agrícola, conhecida como MAPITOBA, e da qual fazem parte os Estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, também apresenta um aumento nos índices locais agropecuários.

Tabela 4 – Quociente Locacional por Estado nos anos 1991, 2000 e 2010.

Estados	Quociente Locacional 1991			Quociente Locacional 2000			Quociente Locacional 2010		
	QI agropecuária	QI indústria	QI serviços	QI agropecuária	QI indústria	QI serviços	QI agropecuária	QI indústria	QI serviços
Acre	0,24401	0,41729	1,31811	0,15901	0,27116	1,28696	0,22428	0,34400	1,25619
Alagoas	0,11621	0,27844	1,38472	1,69385	1,10670	0,91000	0,62772	1,16654	0,91797
Amapá	0,11148	1,00240	1,02154	0,07391	1,02837	1,04694	0,28436	0,26196	1,11647
Amazonas	0,15177	0,24640	1,40670	0,14202	1,05819	1,04182	0,15492	1,04407	1,09439
Bahia	1,54784	0,67745	1,14470	1,14270	0,54415	1,12147	1,27942	0,62490	1,12066
Ceará	0,07112	0,42331	1,32472	0,35404	1,05814	1,02614	0,04096	0,90113	1,07299
Distrito Federal	3,47735	0,57942	1,14045	0,11197	0,15192	1,38007	0,17118	0,18942	1,34571
Espírito Santo	0,74505	0,45611	1,29178	1,56140	0,95430	0,99140	1,11612	0,87594	1,09149
Goiás	0,41324	0,26447	1,32864	1,64372	0,31148	1,01508	1,90196	0,87101	0,97594
Maranhão	1,32088	0,71349	1,13499	0,16679	0,45505	1,24180	0,91505	0,57424	1,23596
Mato Grosso	1,27782	0,60204	1,18712	2,89940	0,92632	0,84616	4,43149	0,64215	0,84874
Mato Grosso do Sul	0,36195	0,55747	1,24088	3,49487	0,58772	0,97117	3,41145	0,78138	0,91010
Minas Gerais	0,78936	1,07811	0,97773	1,82807	0,99701	0,99930	1,70245	1,04665	0,91137
Pernambuco	0,35403	0,88792	1,05913	0,64150	0,70079	1,17322	1,33725	0,63068	1,11523
Pernambuco	0,44312	0,79121	1,12930	0,79216	0,74996	1,11530	0,71870	0,70641	1,12443
Pernambuco	1,23480	0,51964	1,23340	1,23625	1,13489	0,92123	1,17399	1,33087	0,87593
Piauí	1,02407	0,94129	1,00949	1,17881	0,79718	1,04709	1,00492	0,92134	1,04870
Rio de Janeiro	0,21198	0,74897	1,12762	0,14576	0,65412	1,19411	0,17122	0,67167	1,14897
Rio Grande do Norte	1,04998	1,28981	0,94919	1,16100	0,73128	1,09497	0,77218	0,90648	1,09494
Rio Grande do Sul	1,40894	1,04627	0,94218	0,90319	1,40616	0,84208	0,92194	1,19047	0,82449
Roraima	1,04819	1,44800	0,77100	0,49071	0,18161	1,12610	1,12375	0,68772	1,11723
Roraima	0,97074	1,18032	0,91148	0,28815	0,50165	1,30669	0,27912	0,28195	1,30496
Santa Catarina	2,49416	0,44714	1,23615	0,87418	1,78378	0,77344	0,63121	1,72874	0,71541
São Paulo	0,21872	0,67128	1,10209	0,94904	1,18946	0,95447	0,91199	1,16172	0,92430
Sergipe	1,19201	0,19918	1,19918	0,16344	0,63445	1,14597	1,13308	0,71547	1,09011
Tocantins	0,20209	0,15019	1,45445	1,27602	0,34711	1,21718	1,18449	0,39130	1,17045

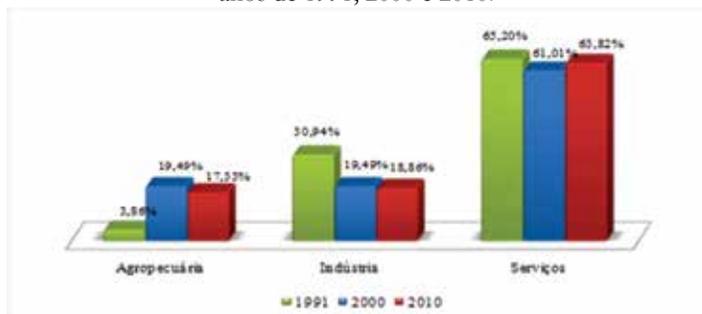
Fonte: MTE/RAIS (1991, 2000 e 2010). Elaboração da autora, 2013.

Nota: Os valores em destaque referem-se ao QI > 1.

O Gráfico 1 aponta: agropecuária, indústria e serviços são os principais representantes das estruturas produtivas do país. O setor de serviços, em 2010, cresceu no número de estabelecimentos (63,82%) com relação a 2000 (61,01%), e diminuiu em relação a 1991(65,20%). Os outros setores, indústria e agropecuária, em 2010, atingiram, respectivamente, 18,86% e 17,33%, percentuais que revelam uma pequena redução com relação a 1991 e 2000. Nos termos de Cano (2011, p. 32), é necessário “aprofundar a análise do setor de serviços (via censo demográfico), e a interdependência direta e indireta deste fato as mudanças produtivas”.

Para Kon (1999), a evolução no setor de serviços de determinada economia relaciona-se com as características de cada economia em particular e também com a capacidade de transformação e localização das novas estruturas produtivas.

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos (em percentual) por setores nos anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: MTE/RAIS (1991, 2000 e 2010). Elaboração das autoras, 2013.

A tabela 5 (abaixo) demonstra, em percentuais, o total de estabelecimentos existentes, por setor, nas regiões brasileiras em 1991, 2000 e 2010. Os números representam as estruturas produtivas do país. A região Nordeste foi a que apresentou o maior número (69,03%) no setor de serviços, em 2010, seguida pela região Sudeste (66,54%). Nesse ano, a região Sul atinge o maior percentual no ramo da indústria (25,00%) e a região Centro-Oeste na agropecuária (34,97%). Tais dados confirmam a tendência dessas regiões para a especialização dos setores relacionados, conforme aponta a Tabela 3, mesmo após uma década.

Tabela 5 – Total de estabelecimentos por setor nos anos 1991, 2000 e 2010.

Regiões	1991			2000			2010		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Norte	4,37%	29,11%	66,52%	17,04%	20,97%	61,99%	26,02%	15,96%	58,02%
Nordeste	3,82%	25,52%	70,66%	13,07%	18,96%	67,97%	12,37%	18,60%	69,03%
Sudeste	3,76%	31,48%	64,75%	18,95%	18,49%	62,56%	15,86%	17,60%	66,54%
Sul	3,70%	33,83%	62,47%	17,76%	24,37%	57,86%	14,21%	25,00%	60,79%
Centro-Oeste	5,51%	24,14%	70,35%	37,17%	13,46%	49,36%	34,97%	13,15%	51,88%
Total	3,86%	30,94%	65,20%	19,49%	19,49%	61,01%	17,33%	18,86%	63,82%

Fonte: MTE/RAIS (1991, 2000 e 2010). Elaboração das autoras, 2013.

Nota: Os valores destacados referem-se ao maior percentual por setor produtivo nas regiões.

Conforme revelou este estudo, as atividades produtivas no Brasil vivenciaram, e ainda vivenciam, uma dinâmica e um desenvolvimento que agregam múltiplos setores e tendências. Segundo Cano (2011), a desconcentração relativa da indústria é uma dessas tendências, a qual agrega

três grandes movimentos simultâneos e articulados: desconcentração de áreas próximas a São Paulo; expansão industrial da região Nordeste, com destaque para Bahia, Ceará e Pernambuco; movimento da agricultura com diferentes atividades nas regiões Centro-Oeste (grãos, algodão e cana-de-açúcar) e Nordeste (agricultura irrigada). O setor de serviços demonstrou um crescimento que se atrela à desconcentração da produção industrial e também ao crescimento das cidades de grande e médio portes.

Desse modo, e dadas as características e tendências regionais, é necessário examinar a dinâmica econômica e social no Brasil, seus efeitos no ordenamento das regiões e implicações para o futuro do país. Se forem considerados a histórica concentração econômica na região Sudeste e os desequilíbrios regionais, as tendências deveriam ser propagadas com vistas à diminuição das desigualdades regionais e ao desenvolvimento das regiões.

Assim, Diniz (2013, p. 27) ressalta que “as diretrizes de uma nova política nacional de desenvolvimento regional deveriam considerar o papel central do fortalecimento de novas centralidades”, as quais poderiam servir como novos centros de produção e suporte à expansão produtiva das regiões. A capacidade polarizadora dessas regiões dependeria da sua própria base produtiva e da infraestrutura para acessibilidade. Para tanto, as políticas regional, urbana e de infraestrutura devem estar bem articuladas.

6 Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar os QLS nas regiões brasileiras. No que se refere à dinâmica regional fez-se um estudo dos aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras e de seus principais indicadores. Conforme apontam os dados, as regiões brasileiras passam por um processo de transformação. Os indicadores (PIB, população, PIB per capita, IDH e o Índice de Gini) revelam que esse processo foi mais significativo em algumas regiões. Ademais, as regiões brasileiras estão em busca da sua própria identidade, independentemente das fronteiras geográficas.

A análise locacional revelou que as regiões Norte e Nordeste mantiveram-se especializadas no setor de serviços durante os anos em questão. As regiões Sudeste e Sul, no setor industrial, com uma ressalva para a região Sul que, em 1991, se diversificou na indústria e na agropecuária. A região Centro-Oeste diversificou-se nos setores de serviços e agropecuária, com um $QL > 1$. Quanto aos estados, alguns se diversificaram, outros se mantiveram especializados em determinado ramo produtivo.

O setor de serviços apresentou um alto grau de especialização e foi o mais significativo entre os estados e regiões brasileiras. A análise do número de estabelecimentos revela que, entre os setores produtivos, o de serviços possui o maior percentual, o que reafirma o potencial desse setor nas regiões brasileiras.

Referências

- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), 2007. v. 2.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. *GEOSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 22, p. 65-72, 2007.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). *Dados e estatísticas*. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 26 ago. 2013.
- CANO, Wilson. *Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, jul. 2011. Texto para Discussão, n. 193.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2013. Texto para discussão, n. 471.
- _____. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. Texto para discussão, n. 375.

GUALDA, Neio Lúcio et al. *Identificação das aglomerações industriais no Estado do Paraná* – um estudo exploratório. Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, Porto Alegre- RS, out. 2005. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/jornadas-de-economia/index_1.php> Acesso em: 16 ago. 2013.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 86, p. 123-152, set./dez. 1995.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *Revista GEOgraphia*, Universidade Federal Fluminense, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/archive?issuesPage=2#issues>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos demográficos (1991, 2000, 2010)*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 5 ago. 2013.

KON, A. Novas territorialidades: transformações nas hierarquias econômicas regionais. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 42-76, 1999.

LASTRES, Helena M. M; CASSIOLATO, José E. *Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE*. nov. 2003. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

LEMOS, Mauro Borges; CUNHA, Altivo R. A. Almeida. Novas aglomerações industriais e desenvolvimento regional recente no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 27, n. 4, p. 725-761, out./dez. 1996.

LÖSCH, A. *The economics of location*. Yale UP.: New Haven, 1954.

LOPES, António Simões. *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Edição original: 1890. v. 1.

PAIVA, Carlos Águedo. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre: FEE, v. 34, n. 1, p. 89-102, jul. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 30 ago. 2013.

RIEDL, Mario; MAIA, Cláudio Machado. Especialização e potencial endógeno na análise regional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)*, v. 3, n. 2, p. 27-28, maio/ago. 2007.

SCHERER, Wilibaldo Josué Grunner; MORAES, Silvana Longo. Análise locacional das atividades dinâmicas do Estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, MESA 11, 6., 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: FEE, maio/jun. 2012. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eventos/6-encontro-economia-gaucha.php>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2009.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo et al. Análise locacional das ocupações nas regiões metropolitana e não metropolitana do estado do Paraná. *Revista de Economia*, ano 32, v. 34, n. 2, p. 117-139, maio/ago. 2008.

WEBER, Alfred. *Theory of the Location of Industries*. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

*Recebido em março de 2014.
Aprovado em setembro de 2014.*